



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

PROCESSO N° 00030659/2020

ESPÉCIE
PAGAMENTO

DATA
30/12/2020 14:18

NR° DOC DE ORIGEM: MEMO N° 1302/2020

INTERESSADO: HOSPITAL SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARA

SETOR DE ORIGEM: DERE

DOCUMENTOS ANEXADOS: 1) MEMO N° 1302/2020 2) PARECER N° 3323/2020 - NCI 3) EMPENHO BENEFICENTE 4) LIQUIDAÇÃO 5) ORDEM DE CREDITO

ASSUNTO: ENCAMINHA NOTA FISCAL REFERENTE AO CONVÊNIO N° 011/2020.

INFORMAÇÕES DO INTERESSADO

ENDEREÇO: AV. GENERALÍSSIMO DEODORO

N° 868

BAIRRO: UMARIZAL

UF: PA

CEP: 66050160

CIDADE: BELEM

COMPLEMENTO: JOAO BALBI E BOAVENTURA DA SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Protocolado em 30/12/2020 14:18

POR

ANA CONCEIÇÃO CARDOSO BEZERRA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00030659/2020

Encaminhamentos (Tramitações)

Data: 06/01/2021 15:51 Tramitador por: GILSON SANTOS DA SILVA Para: FMS / PRESTADOR IVALDO/SESMA
IVALDO DA COSTA DA CUNHA - PRESTADOR Data de Recebimento:19/01/2021 07:30
Despacho: Para providências

Data: 30/12/2020 15:50 Tramitador por: DEBORA PAULA LUCAS LIMA Para: DEAD / COORD. FINANÇAS/SESMA
GILSON SANTOS DA SILVA Data de Recebimento:30/12/2020 16:06
Despacho: Para providências

Data: 30/12/2020 14:55 Tramitador por: EDER DE JESUS FERREIRA Para: DEAD/SESMA
DEBORA PAULA LUCAS LIMA Data de Recebimento:30/12/2020 15:47
Despacho: Para providências cabíveis

Data: 30/12/2020 14:20 Tramitador por: ANA CONCEIÇÃO CARDOSO Para: CONTROLE INTERNO/SESMA
EDER DE JESUS FERREIRA CARDOSO Data de Recebimento:30/12/2020 14:41
Despacho: Encaminhamos Nota Fiscal referente ao convênio n° 011/2020.

Data: 30/12/2020 14:18 Tramitador por: ANA CONCEIÇÃO CARDOSO Para: DERE / DIREÇÃO/SESMA
ANA CONCEIÇÃO CARDOSO BEZERRA Data de Recebimento:30/12/2020 14:18
Despacho: ENCAMINHA NOTA FISCAL REFERENTE AO CONVÊNIO N° 011/2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO

Memor. Nº 150278/20-DEPT.SMS/SUS


Belém, 30 de dezembro de 2020

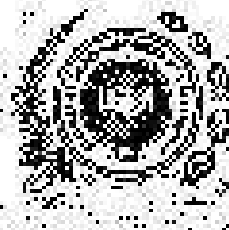
Ass: CONTROLE INTERMUNICIPAL
Ass: Deo de Jean Pereira

Senh(a) Coordenador(a),

Encaminhamos Nota Fiscal do Hospital D. Luiz I, referente ao Convênio nº 011/2020, conforme abaixo especificado.

<u>Nota Nº</u>	<u>Referência</u>	<u>Convênio Nº</u>	<u>Valor R\$</u>
0281	Ref Ao Convênio nº 011/2020	011/2020	1.000.000,00


Deo de Jean Pereira
Ass: CONTROLE INTERMUNICIPAL
Ass: DEPT. DE REGULAÇÃO



Beneficência Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará
HOSPITAL D. LUIZ I

CNPJ: 04.929.479/0001-81

Av. Gen. Deodoro, 968 - Umarizal - 66010-970 CEP 66055-245

Fone: 914010 4134 Fax: 91 3352-4067

E-mail: cont@beneficiapara.org.br

CT FBP 105 2826

Belém, 10 de Dezembro de 2020.

Ao

PRIME - Departamento de Regulação.


Assento Governador José Malhada, N 2821 - São João.

Precados Saúdes.

Ostende-se emitido em anexo as Notas Fiscais abaixo relacionadas.

Nº NF	VALOR	ESPEC	COMPETÊNCIA
931	R\$ 1.500.000,00	CONVENIO 01.2020	DEZEMBRO
TOTAL	R\$ 1.500.000,00		


Atenciosamente
PELA DIRETORIA


Pelo Diretor de Regulação
Pelo Diretor de Saúde
Pelo Diretor de Gestão

HOSPITAL D. LUÍZ

250. 34.232.4.290301.g3

Ar. Cis. Contingente - 128421. Reg. no. CEP 82022.740

From 01-Sept-1957 to 21-July-1962. <http://www.birds.cornell.edu/USNM/USNM.asp>

RUCFAID

R\$ 1.100.000,00

Recebiemos de SUSANA FERNANDEZ, MEDICINA DE CALLES, e
Importadora de las 1.000.000,00, para realizar a cargo del mismo una reforma
CONVOCADO 011/2000 - DESARROLLO / 2000.

Recebu (R\$) 87 de Despesa de 2006.

Global Environmental Heritage

14. 425j

12/16/2014

1. 下图中, 金粉与银粉的质量比为 1:1, 则反应后所得固体的质量与反应前固体的质量之比为

Σ. 11. 220. 1. 220. 220. 220.

_____ *John J. Gurnea*

— *Journal of the American Medical Association*

2015
10-10-2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Sekretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS IMPOSTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

NOME DO BENEFICIÁRIO: SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ
CNPJ: 04.928.475/0001-81

Excertifico a inexistência de débitos relativos aos impostos federais e à dívida ativa da União, decorrentes de quaisquer créditos de responsabilidade do sujeito passivo perante a administração que verem a ser lançados, a certidão em:

1) imposto sobre o consumo, editado pela Procuradoria da Fazenda Nacional (PFG) de acordo com o art. 1º da Lei nº 8.172, de 17 de outubro de 1991 - Código Tributário Nacional (CTN), e o objeto da decisão judicial que determinou sua extinção, por meio do cancelamento da sua inscrição no cadastro de contribuintes;

2) imposto sobre o consumo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PFG) de acordo com o art. 1º da Lei nº 8.172, de 17 de outubro de 1991 - Código Tributário Nacional (CTN), com o qual não houve lançamento nos termos do art. 151 do CTN, por ausência de inscrição no cadastro, e, por embargo da decisão judicial que determinou a extinção do cadastro fiscal, no objeto da decisão judicial que determinou sua extinção do cadastro de contribuintes, com regularização fiscal;

Conferido o valor nos arts. 270 e 206 do CTN, cuja certidão emite-se em 05 minutos e 05 segundos de trabalho.

Esta certidão é emitida para o estabelecimento fiscal e seus filiais, no caso de empresa filiada, para todos os órgãos e entidades integrantes da administração direta e indireta, inclusive órgãos de fiscalização do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PFG, e também para os demais órgãos e entidades integrantes da administração direta e indireta, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.172, de 17 de outubro de 1991.

A certidão desta certidão está disponível em formato eletrônico, podendo ser consultada no sistema de consulta de débitos da PFG (Sistema de Consulta de Débitos - SCD) e no sistema de consulta de débitos da PFG (Sistema de Consulta de Débitos - SCD).

Certidão emitida eletronicamente por: Procurador-Geral da Fazenda Nacional (PFG) nº 1.251 de 24/02/2014
Lançada em 12/02/2014 de 10:14:00, sistema de dados da Receita
Fazenda (SDF) (SDF/2014).

Assinatura do titular da certidão: DOUTOR GABRIEL COSTA
Secretário-Geral da PFG, em nome da autoridade competente.

SLXVCD 45413.1D



GOVERNMENT OF CANADA
SECRETARIAT OF FINANCE

CONFEDERATION OF RULING CLASSES OF NATIONS TERRITORIES

Nome: RENE MARITA SOUZA DE MORTUGOLZA RENE MARITE DO PARA
Inscrição Estadual: 440000514
CNPJ: 07.50647800-01

desobediência à ordem de o Exército Paulista Fuzilar e Artilharia quaisquer Atos de insubordinação de âmbito paulista prima. Condição que interfere com o apuramento, e certifica-se que CONSTANTE, na presença da a. pendência em sermão, não exibilidade está a serpen, relevando, nos deões administrativos pela Secretaria. Exceção de usual, de natureza de não ser liberado, inerte ou de um Oficial Artilh.

A presente Comissão, criada nos termos do Decreto nº 2.476, de 29 de setembro de 2006, e da Portaria Interministerial nº 0019, de 3 de outubro de 2005, tem os honrosos prêmios e a cordialidade de receber a presença e a participação de todos os interessados, seja no ato, no Portal de Acesso da Secretaria Executiva do Estado de Rondônia ou no endereço eletrônico www.zetel.org.br.

Umsatz 24.06.2008 00:00:00 1000000

Value: 115.2419708

Yinyang da Shengji: 7203002349 7.1

Código de Controle de Autenticidade: 455AL3-045B8C3-003-0F02F012165F4746D

Отметьте:

Nos termos da lei, o requerente permanece a presente União sob plena independência de administração pública, sem cessar a unidade, sendo o período de validade de sua autorização as tribuições previstas no art. 6º do Regulamento Normativo nº 0019, de 5 de Outubro de 2006, com as alterações introduzidas pela suspensão de aplicação.

- A categoria de certificação é baseada no nível de conhecimento e experiência do futuro técnico de vendas, porém não estabelece nenhuma restrição quanto ao nível de escolaridade.

Value of α for different β and γ

944100 (34) 110



PREFEITURA MUNICIPAL DE
NARAZÉ - P. S. C. L. C. M. C. P. U. L. E. T. U. E.
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA

Processo nº 028562/13/2020

Contribuinte: DENEMFRITA GOMES BENEFICENT DO PARA
CNPJ nº: 04.928.870/0001-31
Inscrição Estadual: 45166324500001000000-30 (FROTA)
Endereço: AV GENMO DEODORO, 888, NARAZÉ

Inscrições D. Ativa de Contribuintes Não Tributários:

Resolvendo o Direto de a Fazenda Municipal, cobrar e receber quaisquer diuças de responsabilidades do contribuinte acima inscrito, que venha a ser apurada, e certificar que não existem débitos em seu nome, perante o tributo cu citados contribuintes pela Secretaria Municipal de Finanças.

Certificação de 13/05/2020, emitida em 10/2020 com 100% de validade.
Nº de Inscrição: 04.928.870/0001-31, emitida em novembro de 2009.

Validade: 180 (cento e oitenta) dias

Código de Controle de Validade: 0002/2020/0001/0001/0001

Atenção: Qualquer emissão ou rescisão invalidará este documento, dando apenas validade quando conferida a sua autenticidade no site: www2.sefaz.sp.gov.br/cve.

ESTA CERTIDÃO NÃO SERÁ VÁLIDA SEM AS INSCRIÇÕES, NÃO TENDO VALIDADE PARA LICITAÇÃO E INVENTÁRIO.



**Certificado de Regularidade do
FGTS - CNF**

Inscrição: 06.408.472/0001-20
Razão Social: GRUPO VISA DOCTO - GRUPO VISA DOCTO - GRUPO VISA DOCTO LTDA
Endereço: AV. GEORGE WASHINGTON, 500 - JARDIM BOTANICAL - JARDIM BOTANICAL - JARDIM BOTANICAL

A Caixa Econômica Federal, de acordo com a legislação que lhe confere o Art. 7º da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, na data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não serve de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições ora em vigor devidas, decorrentes das obrigações com a FIAS.

Validade: 11/12/2020 a 09/01/2021

Certificação Número: 210012111na/900182exm

Informação emitida em 11/12/2020 19:54:00

A utilização desta Certificação para qualquer finalidade em que este condicione a emissão de qualquer documento ou ato de caráter administrativo, não será aceita.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1964

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BENEDETA DA SOC EDUAR PORTUGUESA BENEFICENTE DO PAPEL PRELATO E
FILIAIS;
CNPJ: 14.928.128/0001-81
Insc. Est. IPI: 20678310/0000
Expedição: 07/10/2020, às 11:45:05
Val. atual: 04/04/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, em razão da data
de sua expedição.

Certifica-se que BENEDETA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PAPEL
PRELATO E FILIAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 14.928.128/0001-81,
RUA CORDEIRO DO RANCO Nº 001 de Divinópolis - Minas Gerais,
certidão emitida por meio do site do Conselho Nacional de Conciliação de
Trabalhos, representada pela Dra. Tereza Maria de Jesus, do 7 de julho de 2011, e
da Resolução Administrativa nº 100/2011 do Tribunal Superior do
Trabalho, de 24 de agosto de 2011,
Cadastra corretamente dentro do sistema de responsabilização dos
Trabalhistas do Trabalho e estão atualizados a 2 de maio de 2021
relacionados a data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a certidão anexa a empresa em relação
a todos os seus estabelecimentos, agências e filiais.
A certidão está disponível publicamente a partir de 2 de maio de 2021
no portal do Tribunal Superior do Trabalho no
link: <http://www.tst.jus.br>.
Certidão de não existência.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Junta Nacional de Conciliação Trabalhista tem como objetivo
conceder a classificação das pessoas físicas e jurídicas
inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações
estabelecidas em sentenças condenatórias transitadas em julgado ou em
acórdãos judiciais transitados, inclusive de processos em
recursos previdenciários, e honorários, a custas, e
custas de sucumbência de recursos em leis ou decretos
de execução de decisões judiciais, quando o Ministério Público do
Trabalho da Comissão de Conciliação tiver.

[illegible][illegible]

2. Na elaboração de planos de intervenção de prevenção deverão ser incluídas as seguintes atividades:
 - I - O acesso ao SUS de forma prioritária para as unidades básicas de saúde, especialmente as de caráter de urgência e emergência;
 - II - Esclarecimento e orientação da população, no sentido de fazer com que todos os doentes tenham acesso imediato aos serviços de atenção básica de saúde;
 - III - Realização de exames e dos serviços de diagnóstico, tratamento e internamento;
 - IV - Apresentação e encaminhamento dos casos à Comissão Nacional de Doenças e Agravos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo;
 - V - Avaliação da importância de se estabelecer uma Rede Nacional de Hospitais de SUS;
 - VI - Organização institucional dos serviços de diagnóstico e tratamento de doenças infecciosas em Hospitais de Estado e participação nos consórcios.

De acordo com o texto do documento pelo CONVENIENTE, concordando em anular o Plano de Trabalho de 2020, os seguintes ajustes, e os seus responsáveis, respectiva:

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONVÊNIO 10/05/2020

4. O valor global para a execução do projeto "Unidade de Pronto Atendimento", previsto no inciso II, alínea c do Portaria GM/MS nº 1.661, de 1 de julho de 2020, a ser pago de R\$ 140.000,00 (umacentos e quarenta mil reais), em CONVENIENTE, conforme o ANEXO DE ORÇAMENTO DE MANUTENÇÃO constante no Plano de Trabalho, pertencente ao ano-calendário de 2020.

CLÁUSULA QUINTA - DA ORÇAMENTO ORÇAMENTARIA 10/05/2020

5. O CONVENIENTE obriga-se a fornecer os recursos necessários para a execução das atividades, conforme o orçamento de 2020, em conformidade com a legislação municipal.

Função/Programa: 2.78.72.04.12.0001
Atividade: 2178
Fonte: 18140110810
Elemento de Despesa: 30.30.30

5.1. As despesas para a execução do projeto e para as atividades orçamentárias, pertencem ao ano-calendário, quando o mês.

CLÁUSULA SEXTA - DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE 10/05/2020

6. O CONVENIENTE compromete-se a cumprir o compromisso de controle de qualidade.

6.1. A Comissão de Acompanhamento de Qualidade será constituída por representantes do CONVENIENTE e da SECRETARIA, de acordo com o Edital nº 1.661, de 1 de julho de 2020.

6.2. As atividades da Comissão de Acompanhamento de Qualidade serão de acompanhar a execução do projeto, conforme o plano de trabalho, e a execução das atividades orçamentárias, de acordo com o Plano de Trabalho.

6.3. A Comissão de Acompanhamento de Qualidade será composta por 5 membros, em 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, em CONVENIENTE, para a qual a SECRETARIA os nomeará.

6.4. O CONVENIENTE terá o poder de veto à Comissão de Acompanhamento de Qualidade, de acordo com a legislação municipal.

6.5. A Comissão de Acompanhamento de Qualidade não tem poder de veto à execução das atividades, conforme o Plano de Trabalho, de acordo com o Edital nº 1.661, de 1 de julho de 2020.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 10/05/2020

7. O CONVENIENTE se obriga a fornecer à SECRETARIA, por meio eletrônico, os dados e documentos necessários.

7.1. Relatório Mensal de Atividades, conforme o Plano de Trabalho, em 5 (cinco) dias úteis após a conclusão das atividades, de acordo com o Edital nº 1.661, de 1 de julho de 2020, e o processo de acompanhamento da execução do projeto, de acordo com o Plano de Trabalho, de acordo com o Edital nº 1.661, de 1 de julho de 2020.

10. Faturar e demais documentos, com identificação do presente Conselho, relativos aos serviços e atividades realizadas pelo Conselho;

11. Realizar, anualmente, a 25ª (vigesima quinta) dia do mês de dezembro do primeiro período de 12 (doze) meses de duração do presente termo, prestação de informações sobre a execução do presente Conselho;

12. Manter atualizada o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e fornecer as informações necessárias para a atualização do Sistema de Informação Hospitalar (SIH) em uma cidade de informações de saúde e sua inserção no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES Art. 8º do Regulamento do Conselho de Saúde nº 001/2017

8. O presente Conselho poderá ser alterado mediante a aprovação de Termo Aditivo, previamente o seu objeto que não pode ser modificado, em observância ao disposto no artigo 15º da Lei nº 12.401/2011.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE Art. 9º do Regulamento do Conselho de Saúde nº 001/2017

9. O presente Conselho poderá ser responsabilizado ou responsabilizar o(a) SECRETARIA municipal de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei nº 12.401/2011, em especial:

- a) Pelo fornecimento de informações e documentos, a requerimento ou fora dos prazos estabelecidos pela SECRETARIA;
- b) Pela omissão de fatos que venham a influir ou prejudicar o comprometimento, execução e avaliação dos serviços essenciais de SECRETARIA ou do MUNICÍPIO de SAÚDE;
- c) Pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas;
- d) Pela não observância dos procedimentos técnicos de trabalho de Informação em Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES Art. 10º do Regulamento do Conselho de Saúde nº 001/2017

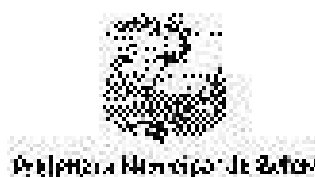
10. Os compromissos estabelecidos no presente termo serão o depósito na Lei nº 12.401/2011, em caso de descumprimento por qualquer um dos participantes do Conselho de Saúde, de acordo com o disposto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DENÚNCIA Art. 11º do Regulamento do Conselho de Saúde nº 001/2017

11. Qualquer um dos participantes poderá encerrar o presente termo, por não cumprimento de fato, por omissão, por a formalização de prazo de 120 dias, decorrido sem respostas satisfatórias de qualquer uma das partes envolvidas, ou por qualquer outra circunstância, desde que apresente evidências de violação da finalidade para a qual foi instituído, observado o prazo de 180 dias para o cumprimento das obrigações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO SIGNATÓRIOS Art. 12º do Regulamento do Conselho de Saúde nº 001/2017

12. Ficando estabelecido que os signatários não podem assumir o cargo de nenhum dos membros do Conselho de Saúde, ficando estabelecido que os signatários não podem assumir o cargo de nenhum dos membros do Conselho de Saúde.



10. O presente Contrato, que se faz de as partes, tem por objeto a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica, bem como a elaboração de projetos, estudos, pesquisas, levantamentos, etc., de acordo com o que se estabelece a seguir, e a qual se dá o seguinte teor:

14. 5 m, 8 cm (average) depth samples, 4-12 (dozs) meters, a great deal of the material is

16. Foi enviado o e-mail de Denúncia de Faltas e Infrações de Fisco, para definir qual o caso sob a exceção de responsabilidade. Contudo o contribuinte não apresentou qualquer documento para comprovar a alegação.

E un sistem de informatică calculată pe computer în care se poate realiza un program de lucru deosebit de bun, în 15 zile, dar numai dacă se poate realiza în același timp.

Figure 13.3.4.0 notes for Table 13.3.4.0.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

611810-1085 0165M1E 00N04LYG3

BENEFICENTE SOCIETY OF BENEFICENT PORTUGUESE OF PAHS (President)

Генерал-майор Александр Александрович

BENEFÍCIA SOCIEDADE BENEFICENTE PORTUGUESA DO FORTA (Secretário)

667000 291000 607000

BENEFICIA SOCIEDADE BENEFICENTE PORTUGUESA DO PARA (1ª Tercelândia)

LETTER INQUIRY:

Names:

Home

RG:

Arri

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB

PARECER Nº 3323/2020 – NCI/SESMA

INTERESSADO: DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO - DERE.

FINALIDADE: Manifestação quanto ao pagamento do prestador da rede SUS – BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I.

DOS FATOS:

Chegou a este Núcleo de Controle Interno para manifestação, o Processo Administrativo nº 30659/2020 – Via Sistema GDOC, encaminhado pelo Departamento de Regulação – DERE, referente a repasse financeiro ao prestador da rede SUS – BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I.

DA LEGISLAÇÃO:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Lei nº 8.496, de 04 de janeiro de 2006.

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (Normas gerais de Direito Financeiro).

Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1999 (Improbidade Administrativa).

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE JULHO DE 2000.

Resolução nº 11.410/TCM, de 25 de fevereiro de 2014.

DECRETO Nº 95.571-PMB, 03 de fevereiro de 2020.

DA PRELIMINAR:

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal, no art. 15, caput e § 2ª da Lei Orgânica do Município de Belém e no art. 3º, parágrafo único, letra “b” e “c” do Decreto nº 74.245 de 14 de fevereiro de 2013, art. 10, parágrafo único e art. 11 da Lei nº 8.496, de 04 de janeiro de 2006 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão, visando a orientação do Administrador Público, mencionamos, a seguir, os pontos anotados no curso dos exames que entendemos conveniente destacar.

DA FUNDAMENTAÇÃO:

A análise em tela, quanto ao repasse do valor em cumprimento a Portaria GM/MS 1.666, de 1 de julho de 2020, ao hospital filantrópico BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I, ficará estritamente dentro dos parâmetros fixados pela Lei nº 8.666/93 e demais aplicadas ao assunto, motivo pelo qual, como suporte legal do presente parecer, transcrevemos os seguintes fundamentos Legais:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

(...)

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB

princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”.

LEI Nº 8.666/93

(...)

“Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.”

(...)

“Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso, consistirá em:

I – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II- Prova de inscrição no cadastro do contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

IV – Prova de regularidade relativa à seguridade Social e ao Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei”.

DECRETO Nº 95.571 - PMB, 03 DE FEVEREIRO DE 2020 .

“Art. 3º - Ficam estabelecidas as seguintes medidas administrativas para racionalização, controle orçamentário e financeiro das despesas classificadas no Grupo de Despesa “Outras Despesas Correntes”:

(...)

III – Condicionar o pagamento de credores à apresentação de todas as certidões negativas de débitos municipais (mobiliária e Imobiliária) estaduais e federais, se o for o caso, de quaisquer naturezas, ficando o Gestor responsável em cumprir essa obrigação;”

DA ANÁLISE:

O presente processo administrativo refere-se ao pedido, efetuado pela Diretora do Departamento de Regulação – DERE quanto ao repasse de recurso ao prestador da rede SUS – BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I por serviços prestados, conforme Portaria GM/MS 1.666, de 1 de julho de 2020.

1 – Consta nos autos: MEMO: 1302/2020– DERE/SMS/SUS; CT HBP – 105/2020; Nota Fiscal de Serviço Eletrônica nº 9281, devidamente atestada; Recibo; documentos de regularidades fiscais e trabalhista e Cópia do Convênio nº 011/2020.

2 – Primeiramente vamos destacar a obrigatoriedade quanto à realização de licitação. A licitação é uma aplicação concreta do princípio da igualdade, o qual, na Constituição Federal é descrito como um dos direitos e garantias fundamentais. Decorre diretamente da Carta Magna o

Av. Gov. José Malcher, 2821 - Nazaré, Belém - PA, 66090-100

E-mail: sesmagab@gmail.com

Tel: (91) 3236-1608/98413-2741

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB

dever de licitar, em seu art. 37, inciso XXI. Portanto considerando que a licitação é o procedimento administrativo por meio do qual o Poder Público, mediante critérios preestabelecidos, isonômicos e públicos, busca escolher a melhor alternativa para a celebração de um ato jurídico. Em síntese, é um procedimento que antecede a celebração de contratos pela Administração Pública e tem por finalidade buscar a melhor proposta, estimulando a competitividade entre os potenciais contratados, e, oferecer iguais condições a todos que queiram contratar com a Administração. Se por um lado licitar se constitui em um dever do administrador público, por outro, não menos importante, se torna também uma garantia para os administrados, especialmente para os licitantes. Portanto, a licitação é sinônima de um legítimo instrumento de gestão pública proba, eficiente e transparente.

3 – No caso concreto observa-se que foi celebrado o Convênio nº 011/2020 com o prestador BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I. O presente convênio tem por objeto a realização de transferência de recursos financeiros para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Coronavírus – COVID-19, conforme cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, nos termos da Portaria GM/MS 1.666, de 1 de julho de 2020.

4 – Considerando que o repasse do recurso é objeto do convenio celebrado de maneira regular, portanto o repasse a empresa tem a devida cobertura contratual, conforme documentos acostados nos autos. Ressaltamos que o valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), refere-se ao valor do repasse em cumprimento a Portaria GM/MS 1.666, de 1 de julho de 2020 e a Nota Fiscal nº 9281.

5 – Vale destacar que foram localizados nos autos os documentos de regularidades fiscal e trabalhista, dentre elas a Certidão Conjunta Negativa de Débitos junto a Fazenda Municipal, em obediência ao que dispõe o Decreto nº 95.571-PMB, de 03 de fevereiro de 2020, e em observância ao artigo 29, incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93.

6 – Diante do exposto, este núcleo de Controle Interno tem a concluir que:

CONCLUSÃO:

No transcorrer dos trabalhos de análise do Processo em referencia, conclui-se, sinteticamente, que o repasse do valor referente a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica nº 9281 do prestador BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I, **ENCONTRA AMPARO LEGAL.**

Para os devidos fins junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da Resolução nº 11.410/TCM, de 25 de fevereiro de 2014, face à correta aplicação dos ditames da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 4.320/64, da Lei nº 8.429/99 e da Lei Complementar nº 101/2000, considerando que fora analisado integralmente o referido processo, pelo que declaramos que é possível o pagamento, com a **RESSALVA** apresentada na manifestação:

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB

MANIFESTA-SE:

- a) Pela manifestação do Fundo Municipal de Saúde quanto a disponibilidade orçamentária específica para o cumprimento da obrigação;
- b) Constatada a disponibilidade orçamentária, nos manifestamos pela possibilidade de repasse do valor da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica nº 9281 do prestador BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I.

É o nosso parecer salvo melhor entendimento.

Belém/PA, 30 de dezembro de 2020.

ÉDER DE JESUS FERREIRA CARDOSO
Coordenador do Núcleo de Controle Interno – NCI/SESMA

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 07.917.818.0001-12

TRAVESSA, Travessa do Chaco, Nº 2.086 - MARCO BELÉM - PA

NOTA DE EMPENHO Nº :

023264/2020DATA : **30/12/2020**

Pagina: 1 de 1

Razão Social : **BENEMERITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARA**

Nome Fantasia : HOSPITAL DOM LUIZ I

Endereço : AVENIDA GENERALISSIMO DEODORO,

Bairro : UMARIZAL

CEP : 66055240

CNPJ ou CPF : 04.928.479.0001-81

BELEM -PA Fones :

Email :

Orgão :	2.09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade :	22 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto ou Atividade :	10.122.0001.2176 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID 19
Categoria Despesa :	3390390000-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Fonte: 1214010500-SUS UNIÃO COVID19/ADM. DIRETA

DEMONSTRATIVO DO SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Solicitação Empenho	Tipo do Empenho	Autorizado no Ano	Saldo Anterior	Valor do Empenho	Saldo Atual
35.332/2020 -1	E – Estimativo	25.161.992,85	1.240.056,24	1.100.000,00	140.056,24
Licitação :		Id Compra:		Data da Licitação :	
Recursos :	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			Impacto Orçamentário :	4,37 %

Número Processo :	/0			
Contrato Nº:		Valor :		Data :
Termo Aditivo Nº:		Valor :		Data :
Condições Pagto :	conf. solicitação		Prazo de Entrega :	Conf. Solicitação
Natureza da Despesa:	3600 - SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL			
Destino / Histórico :	O presente convênio tem por objeto a realização de transferência de recursos financeiros para enfrentamento da			

Destino / Histórico : O presente convênio tem por objeto a realização de transferência de recursos financeiros para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Coronavírus - COVID-19, conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, visando o custeio da manutenção das atividades hospitalares e as despesas de prestação de serviços visando garantir a atenção integral à saúde no Sistema único de Saúde - SUS, conforme plano de trabalho definido entre as partes, instrumento esta parte integrante e indissociável deste convenio.
Portaria nº 1.666, de 1 de Junho de 2020 - GM/MS
Convênio 011/2020
Gdoc: 30273/2020

Cod. Item	Descrição	Marca	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
135	Serviços Médico-Hospitalar		Serviço	1,00	1.100.000,0000	1.100.000,00
TOTAL					1.100.000,00	

Autorizo a despesa, observadas as formalidades legais.

BELÉM , 30 de dezembro de 2020

Ordenador da Despesa_____
Diretor Administrativo Financeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

CNPJ: 07.917.818.0001-12

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 07.917.818.0001-12

AVENIDA, GOVERNADOR JOSE MALCHER, Nº 2.821 - SAO BRAS BELEM - PA

Nota de Liquidação Nº 1 / 2020 - Data:30/12/2020 Empenho Nº 23.264 / 2020 - Tipo E – Estimativo

Razão Social : **BENEMERITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARA**
Nome Fantasia : **HOSPITAL DOM LUIZ I**
Endereço : AVENIDA GENERALISSIMO DEODORO,
Bairro : UMARIZAL
CEP : 66055240 BELEM-PA
CNPJ/CPF : 04.928.479/0001-81
Banco: 104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL Agência: 4251-0 - JOSE MALCHER Conta Corrente: 241-1 - BENEMÉRITA (CONTA ATUAL)
EMPRESARIAL

Orgão: 2.09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 22 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Conta C. Gráfica: Banco :001-BANCO DO BRASIL S.A. Número :000012696 - Dígito :9 - Nome :FMS-CUSTEIO-SUS-FEDERAL

Conta C. Arrecadadora: Banco :001-BANCO DO BRASIL S.A. Número :000012696 - Dígito :9 - Nome :FMS-CUSTEIO-SUS-FEDERAL

Projeto Atividade: 2.09.22.10.122.0001.2176 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID 19

Nat. Despesa: 3390393600.1214010500 - SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL

Resumo da Despesa

Vlr. Despesa	Vlr. Estornado	Vlr.Liquidado	Vlr. Consignado	Vlr. Pago	Saldo à Pagar	Saldo à Liquidar
1.100.000,00	0,00	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00	0,00	0,00

Licitação:

Recurso: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contrato:

Valor :

Data :

Aditivo:

Valor :

Data :

Condição de Pagto: conf. solicitação

Prazo de Entrega :

Conf. Solicitação

Hist. Empenho: O presente convênio tem por objeto a realização de transferência de recursos financeiros para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Coronavírus - COVID-19, conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, visando o custeio da manutenção das atividades hospitalares e as despesas de prestação de serviços visando garantir a atenção integral à saúde no Sistema único de Saúde - SUS, conforme plano de trabalho definido entre as partes, instrumento esta parte integrante e indissociável deste convenio.
Portaria nº 1.666, de 1 de Junho de 2020 - GM/MS
Convênio 011/2020
Gdoc: 30273/2020

Hist. Liquidação: O presente convênio tem por objeto a realização de transferência de recursos financeiros para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Coronavírus - COVID-19, conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, visando o custeio da manutenção das atividades hospitalares e as despesas de prestação de serviços visando garantir a atenção integral à saúde no Sistema único de Saúde - SUS, conforme plano de trabalho definido entre as partes, instrumento esta parte integrante e indissociável deste convenio.
GDOC 30659/20

Data da Liquidação: 30/12/2020

Documentos Fiscais

Documento	Data	Número	Vencimento	Série	VI. Liquidado	VI. Consign.	VI. Pago	Saldo Pagar
Nota Fiscal – Eletrônica	30/12/2020	9281	01/01/2021	1	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00	0,00
Totais...					1.100.000,00	0,00	1.100.000,00	0,00

2020RE84235

05568

30/12/2020

COVID

TENTE

Órgão: 2.09.22 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: 1674-8 / SETOR PÚBLICO - BELÉM - BELEM

Conta: 000012696-9
Convênio: 331547100
CNPJ: 11305777000180

DE DL

Idade: 2.09.22 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

lação

ro CNPJ/CPF Credor
00001-2020 04928479000181 BENEMERITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARA

Nº O.B. Autenticação Tipo O.B. Banco Agência Conta Valor
2020OB84235-1 241-1 104 4251 241-1 1.100.000,00

oria Econômica
Total.....: 0,00
as Despesas Correntes...: 1.100.000,00
al.....: 0,00

ro de liquidações Principais: 1

Total: [1.100.000,00]

por Estenso

Milhões, cem Mil reais *****

zo o BANCO DO BRASIL S.A. a debitar na conta remetente acima o valor da presente ordem.

Diretor Financeiro

Ordenador da Despesa